

PHILOSOPHICA

Departamento de Filosofia
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

15 · 2000

CS

(4)

L

O ESTUDO DAS LÍNGUAS DOS “POVOS DESCOBERTOS”, O ENCONTRO DE CULTURAS E “O NOVO MUNDO DA RAZÃO”

Lúcio Craveiro da Silva

Universidade do Minho

Na Idade Moderna, nenhuma nação na Europa tem direito a falar do encontro de culturas, antes de Portugal. De facto a Europa nunca pôde ou não soube expandir a sua cultura a Leste, para além dos Montes Urais. Na Rússia a sua influência cultural parou.

A Oeste, apesar das lendas do Mar Tenebroso, Portugal soube lançar-se e vencer os perigos do Oceano, com arrojo, ciência e tenacidade e abrir as quatro partes do mundo ao contacto e ao diálogo com a cultura europeia. Quem realizou primeiro esse encontro, devidamente preparado por navegações anteriores, foi certamente Vasco da Gama e, por isso, com o historiador inglês Toynbee, também pensamos que a história do encontro de culturas se deve rigorosamente dividir em antes e depois da chegada de Vasco da Gama à Índia, pois nele se deu o verdadeiro encontro do Ocidente com o Oriente, o definitivo e real encontro de culturas que antes não podiam dialogar porque simplesmente se desconheciam.

Sirvam-nos estas considerações como pano de fundo para o tema destas minhas palavras sob um aspecto importante e quase esquecido da iniciativa dos portugueses neste encontro de civilizações e culturas. É que houve duas condições fundamentais para que esse encontro se pudesse realizar: primeiro foi que as terras e nações, onde as várias culturas floresciam, se conhecessem e isso fizeram os navegantes descobridores desde a África meridional, à Índia, ao Vietnam, à China, ao Japão, às Molucas, e, noutro continente, ao Brasil. E o português Fernão de Magalhães, como síntese de todas estas maravilhas, deu pela primeira vez a

volta ao mundo! Mas depois, para que houvesse diálogo frutuoso e peregrino, começou outro empreendimento menos espectacular mas também difícil e complementar: o estudo e aprofundamento científico e literário das diversas ou diversíssimas línguas desses povos. Sem o conhecimento das línguas desses povos não se podia dialogar. Constituiu um aspecto indeclinável, conhecido nessas nações até além-Pirinéus, mas pouco difundido entre nós, e no qual os portugueses se evidenciaram como verdadeiros protagonistas.

E começemos pelo Brasil. Pero Vaz de Caminha conta-nos maravilhado o encontro de Portugal com a terra descoberta “cheia de arvoredos”, “muito chã e muito formosa” do Brasil e os seus aborígenes de quem elogia a candura e a vivacidade. Mas dando maior apreço à pessoa e à civilização, como Portugal a entendia, escreveu lapidarmente: “O melhor fruto que dela (terra) se pode tirar me parece que será salvar esta gente e tal deve ser a semente que Vossa Alteza dele deve lançar”. Primeiro o homem, a pessoa humana; depois as terras e a sua riqueza. Mas para entrar em contacto com o homem é preciso dialogar e para dialogar é preciso entender e estudar a sua língua. E esse estudo, difícil e aturado, exige persistência, mas também, ciência e competência. E o Padre António Vieira que aprendeu várias línguas indígenas, conta-nos a dificuldade sentida nesse estudo imprescindível num belo texto já clássico: “Por vezes me aconteceu estar com o ouvido aplicado à boca do bárbaro e ainda do intérprete, sem poder distinguir as sílabas, nem perceber as vogais, ou consoantes, de que formavam, equivocando-se a mesma letra com duas ou três semelhantes, ou compondo-se (o que é mais certo) com a mistura de todas elas: umas tão delgadas e subtis, outras tão duras e escabrosas, outras tão interiores e escuras, e mais afogadas na garganta que pronunciadas na língua; outras tão curtas e subidas, outras tão estendidas e multiplicadas que não percebem os ouvidos mais que a confusão, sendo certo em todo o rigor, que as tais línguas não se ouvem, pois se não ouve delas mais que o sonido, e não palavras desarticuladas e humanas.” E, a seguir, Vieira explicita ainda mais a dificuldade e o modo seguido para estruturar e compreender a língua: “Se é trabalho ouvir a língua que não ouvis? O primeiro trabalho é ouvi-la, o segundo percebê-la, o terceiro reduzi-la a gramática e a preceitos, o quarto estudá-la, o quinto o pronunciar-lá. E depois de todos estes trabalhos ainda não começaste a trabalhar, porque são disposições somente para o trabalho.” E acentuando com maior pormenor o custoso esforço da aprendizagem e estruturação das línguas, Vieira prossegue: “Mas haver de arrostar com uma língua bruta e de brutos, sem livro, sem mestre, sem guia e no meio daquela escuridade e dissonância haver de cavar os primeiros alicerces e descobrir os primeiros rudimentos dela; distinguir o nome, o verbo, o advérbio, a preposição, o número, o caso, o tempo, o modo e modos nunca vistos nem imagina-

dos, como homens enfim tão diferentes dos outros nas línguas como nos costumes, não há dúvida que é empresa muito árdua a qualquer entendimento e muito mais árdua à vontade que não estiver muito sacrificada e muito unida a Deus”. E aludindo a Santo Agostinho que desistiu de aprender a língua grega “que está tão vulgarizada entre os Latinos e tão facilitada com mestres, com livros, com artes, com vocabulários e com todos os outros instrumentos de aprender; que serão as línguas bárbaras e barbaríssimas de umas gentes onde nunca houve quem soubesse ler ou escrever? Que será aprender o nheegaíba, o juruuna, o tapajó, o taremembé, o mamaianá que só os nomes parece que fazem horror?”¹.

Esta flagrante análise de Vieira que se deve estender mais ou menos ao estudo de todas as línguas dos outros povos, ajuda-nos a compreender melhor o valor da *Arte de Grammatica da língua mais usada na Costa do Brasil*, impressa em 1595, do Beato José de Anchieta que foi, com o Padre Nóbrega, um dos primeiros missionários do Brasil, e, embora nascido nas Canárias, a sua formação literária foi coimbrã. Platzmann no seu catálogo de gramáticas americanas pôde afirmar que a *Arte* do Padre Anchieta “é o mais precioso e importante monumento que possuímos daquela língua”. Ele compôs igualmente um *Vocabulário tupi*. A Segunda *Grammatica de língua tupi* deve-se ao Padre Luís Figueira que aperfeiçoou a de Anchieta. Mereceu sete edições; depois foi reeditada na Baía em 1851 e Platzmann a reimprimiu em facsimile em 1878. Citam-se ainda os Padres Pero de Castilho, António Pereira e Inácio Leão como autores de Vocabulários da língua brasílica².

Deixando o Brasil e atravessando o Oceano aportemos a Angola. Não o façamos porém sem recordar que o Padre António Vieira, ao defender-se, preso na Inquisição, em Coimbra, confessou que aprendera igualmente a língua angolana para ajudar os negros que aportavam ao Brasil. Essa Língua foi também estudada, que saibamos, pelo Padre Pedro Dias que redigiu uma *Arte da língua de Angola* publicada em Lisboa no ano de 1697.

Passando ao outro lado da África, a Moçambique, encontramos obras mais numerosas, principalmente do século XIX, excepto a *Grammatica de língua de Sena*, de um missionário jesuíta, impressa em 1680 e reimpressa em 1919 por um sacerdote do Verbo Divino (Cf. P. Schebesta S.V.D., “Eine Bantu-Grammatik aus dem 17. Jahrhundert”, *Anthropos*, XIX-XV (1919-1920).

¹ *Obras Completas* do P. António Vieira, – *Sermão do Espírito Santo*, vol. II, Lello, Porto, 1993, pp. 888-890.

² Em Francisco Rodrigues, *A Formação Intelectual do Jesuíta*, Porto, 1917, p. 360. Neste livro, pp. 338-389, se encontram muitas das obras que citamos.

No século passado, como dizia, temos:

Victor José Courtis, missionário francês ao serviço de Portugal, que editou *Elementos de Grammatica Tetense, língua Chi-Nyungue*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1899 e dois dicionários: *Dicionário Portuguez-Cafre-Tetense*, Coimbra, 1899 e *Dicionário Cafre-Tetense-Portuguez*, Coimbra, 1900. Pedro Dupeyron, tolosano, publicou: *Pequeno Vademecum da língua Bantu na Província de Moçambique ou Breve estudo da língua Chi-Jao ou Adjana comparado com os dialectos de Sena, Tete e Quelimane*, Lisboa, s/d. Júlio Torrend publicou em inglês a *Comparative Grammar of the South-Africa Bantu Languages, comprising those of Zamzihar, Mozambique, the Zambesi, Kafirland, London, 1891*, e em português *Grammatica do Chisena, A Grammar of the Language of the Lower Zambezi*, Tip. da Missão de Chipanga, 1900. O P. Alexandre Moreira é autor da *Grammatica da Lingua de Sena*, publicada depois pelo P. P. Schebesta, S.V.D. com título em inglês, em Viena, no ano de 1924.

O P. Henrique M. Simon deixou litografado um *Manual de Chi-Nyanja (Elementos da lingua da Angónia)*.

Juliano Merleau, além de versos cafreais para canto, deixou-nos o livrinho *Primeiros Elementos para aprender a ler, e de grammatica portuguesa para a escola de Boroma*, impressa na tipografia da Missão de Boroma. Finalmente, para não ser cansativo, terminemos com o livro do P. Alexandre Mohol, *Grammatica da lingua de Tete*, com vocabulário e fábulas.

Prosseguindo em África e voltando de novo ao século XVII onde os missionários mais se notabilizaram nas línguas africanas foi na Etiópia, terra do Preste João. Editaram aí numerosas obras que interessam hoje sobretudo à etnografia pois narram os seus costumes, festas, tradições e religião. Sobre o tema da linguística aparece-nos o Padre Luís de Azevedo que “se deu muito a aprender a língua da terra e teve perfeito conhecimento da língua vulgar a que chamam *amarinhá* e juntamente da língua dos livros da Etiópia a que chamam *Gáz*” (Baltazar Teles). Na fala da corte compôs com o Padre Cordeiro uma *Arte da mesma língua* o que provocou “admiração dos naturais da terra”.

Na Índia o estudo das línguas foi mais vasto até porque em Goa e noutros lugares instalaram tipografias e em várias localidades instituíram escolas: em Punicale uma de língua tamul, em Salsete, outra de língua concani, em Ambalacata, escolas de sânscrito, tamul, malayalam e ciríaco, em Valpicota, de língua soreana ou caldeia. O Padre Henrique Henriques, falecido em 1600, publicou em tamul uma *Arte de língua tamúlica* e um *Vocabulário*; e o Padre Francisco Henriques redigiu, em Travancor, uma *Arte da língua da terra*. No século 17 o Padre Gaspar de Aguilar escreveu igualmente uma *Arte da língua tamúlica* da qual se imprimiu depois um compêndio. Em 1666 o Padre Antão de Proença abalançou-se

a coligir um excelente *Vocabulário Tamúlico-Português* impresso em 1679 na tipografia de Ambalacata com revisão de três companheiros. Como apêndice a este dicionário se acrescentou a *Arte Tamúlico-Portuguesa* de Baltazar da Costa, um dos mais insignes missionários do Maduré. No século 18 o Padre António Pimentel, depois Arcebispo de Cranganor, redigiu um *Vocabulário da Língua Malabar* que é um dicionário de tamul com as significações portuguesas. Na mesma língua tamúlica publicou o Padre Manuel Terra uma *Gramática* e um *Vocabulário*.

Em língua concani surgiu a *Gramática* do Padre Tomás Estêvão, de nação inglesa, que depois foi completada pelo Padre Diogo Ribeiro e impressa em Rachol, em 1640. Mas a grande obra deste excelente missionário consistiu no *Vocabulário da língua canarina feito pelos Padres da Companhia de Jesus que residem na cristandade de Salsete e novamente acrescentado com vários modos de falar pelo Padre Diogo Ribeiro*. Entre os manuscritos prontos para a imprensa deixou o Padre António Saldanha um *Vocabulário de língua concani* que não foi impresso por entretanto ter falecido. O Padre Przikril, natural de Praga, compôs nos cárceres de S. Julião da Barra, onde foi preso por Pombal, depois de mais de dez anos de trabalhos na Índia, uma *Gramática* e um *Vocabulário da língua canará*. Foi liberto por empenho da Imperatriz Maria Teresa em 1767 e assim pôde regressar à sua terra e publicar os seus estudos.

Mais admirável é que houve missionários que não só estudaram as línguas faladas mas se dedicaram à literatura dos Brâmanes, o Sânscrito. O Padre António Pimentel, Arcebispo de Cranganor, compôs de parceria com o jesuíta Hanxleden um *Dicionário de Sânscrito*.

Mais abaixo no mapa, na ilha de Ceilão, o Padre Manuel da Costa foi autor de uma excelente *Arte singalês*.

Mas verdadeiramente notável e excepcional foi o trabalho linguístico dos missionários nos reinos de Siam, Conchinchina e Anam, onde se notabilizou principalmente o Padre Francisco Pina, natural da Guarda, que criou uma escola da língua conchinchina, mais ou menos correspondente ao actual Vietnam. Desta escola saiu um *Dicionário Anamítico-Lusitano* pelo grande missionário francês Alexandre de Rhodes cujo valor a França consagrou há pouco com a emissão de um selo comemorativo. No entanto ele mesmo confessa que o primeiro que dominou a língua foi o Padre Pina e serviu-se para a composição do seu dicionário de dois *Vocabulários*: um coligido pelo Padre Gaspar do Amaral que principia pelas palavras anamíticas e outro pelo Padre António Barbosa pelas palavras portuguesas. “Na língua anamítica usavam-se caracteres chineses; e dada a dificuldade do seu uso, os Padres portugueses inventaram um esmerado sistema de transcrição em alfabeto romano, denominado *quôc ngu*, que é hoje geralmente seguido não só pelos filólogos mas

pelos próprios habitantes da Conchinchina”³. Consta que Schu En Lai, quando conheceu este sistema de transcrição exclamou: foi pena que não tenham feito o mesmo com a língua chinesa!

De facto os missionários portugueses conviveram durante mais de 200 anos com a corte da China, mas notabilizaram-se sobretudo pelos seus estudos matemáticos e astronómicos que o povo chinês tinha em singular apreço. A sua presença nem sempre foi isenta de perigos e dificuldades, mas devido a ela puderam criar-se missões na China e algumas vezes aí defenderam com êxito a permanência ameaçada dos portugueses em Macau. Quanto ao estudo da língua que é o que aqui mais nos interessa apenas o Padre Gaspar Ferreira, falecido em 1659, deixou manuscrito um *Dicionário Chinês-Português* e o Padre Álvaro Semedo, que entrou na China por 1613, deixou dois *Vocabulários*, um em chinês-português e outro em português-chinês que também não foram impressos por causa do falecimento do autor.

E terminemos no Japão esta sumária mas expressiva enumeração das gramáticas, dicionários e vocabulários das várias línguas por onde se estendeu a presença portuguesa no mundo descoberto. A gramática mais célebre da língua japonesa foi redigida pelo Padre João Rodrigues, impressa em 1604 em Nangasaqui com o título: *Arte da Língua de Japam*, que depois compendiou e aperfeiçoou em 1620 com o título de *Arte Breve da Língua de Japam tirada da Arte grande da mesma língua*. Mas já antes outros tinham composto gramáticas e vocabulários japoneses. Refiro-me ao Irmão João Fernandes, célebre no domínio da língua japonesa, que editou uma *Gramática* e dois *Vocabulários*. Depois saiu a lume um monumental dicionário trilingue: *Dictionarium latino-lusitanicum ac japonicum* e oito anos depois, em 1603, publicou-se novo *Vocabulário* para corrigir as falhas do primeiro.

Estes e outros dicionários que por brevidade omito, são preciosos para o estudo da linguística e história da língua japonesa pois as figuras ou caracteres japoneses são neles explicados em tipos romanos e por isso, se hoje querem saber como se pronunciavam as palavras nos séculos 16 e 17, os linguistas japoneses quase só o podem saber pela leitura dos vocabulários e gramáticas de autores portugueses.

Assim a presença de Portugal entrou com competência na história da língua dessas nações distantes e ainda hoje é recordada com apreço inestimável na história desses povos. Acresce que no ano passado o Padre Jaime Coelho, meu antigo aluno e hoje professor da Universidade Católica de Tóquio, publicou um dicionário japonês-português e vice-versa, que em menos de um ano já mereceu duas impressões. No dia 1 de Outu-

³ Mons. Delgado, *Influência do Vocabulário Português em Línguas Asiáticas*, Coimbra, 1913, pp. LVI-XVII.

bro deste ano apresentou este dicionário em Portugal na cidade do Porto. E termino este breve percurso com a indicação da *Gramática e Vocabulário* da língua tetum em Timor, da autoria de Manuel Ferreira, missionário de Cucujães e da recolha de *Textos em teto da literatura oral timorense*, de Basílio de Sá (Lisboa, 1961).

Apesar de significativo, embora incompleto, este breve olhar que lancei sobre a aprendizagem e o estudo das línguas dos povos descobertos deve ser também completado pelo estudo, que não foi ainda suficientemente explorado, da influência da língua e dos nomes portugueses nessas paragens como no japonês, no chinês, na Índia e nos outros povos orientais e africanos. E isto não indicia e confirma também só por si verdadeiro encontro de culturas? Este estudo das línguas autóctones permitiu depois a publicação de numerosas cartas, opúsculos e livros hoje indispensáveis para se conhecer a história dos costumes, tradições e religião desses povos.

Esta atitude de aprendizagem e valorização das variadíssimas línguas dos povos descobertos assinala outra característica da nossa expansão: o nosso “encontro de culturas” foi caracteristicamente respeitador e não impôs aos povos a língua senão quando a diversidade e pulverização de línguas indígenas comprometia a comunicação e coesão desses mesmos povos, como aconteceu em Angola e Moçambique e sobretudo no Brasil. E mesmo nestes casos nunca perdeu de vista a organização e desenvolvimento da sua convivência e civilização.

Luís de Albuquerque termina o seu belo livro *Ciência e experiência nos Descobrimentos portugueses* (Lisboa, 1983) com estas palavras:

“De qualquer modo não pode deixar de se reconhecer que a amplitude dos descobrimentos alterou o pensamento do mundo. Os relatos mais ou menos impressionantes das viagens corriam a Europa, eram avidamente lidos, alteraram os esquemas tradicionais do pensar. O Atlântico e o Índico, por exemplo, já não eram mares fechados, como ensinara Ptolomeu, apenas conhecido no Ocidente desde o início do século XV” (p. 122). Tudo isto é verdade e é uma glória nossa. Mas não é menos glória sermos os primeiros a estudar as línguas desses povos, instrumento indispensável para o encontro e renovação das culturas, com competência e numa extensão geográfica imensa que vai do Brasil ao Japão, passando pela África, a Índia, a Cochinchina, Ceilão, Timor e China”.

Este apontamento de factores linguísticos no *diálogo das culturas* foi aqui por nós esboçado sobretudo para chamar a atenção para uma lacuna da nossa história oficial ultramarina e que talvez por isso não encontrou expressão, lamentavelmente, na Expo 98.

Este encontro de culturas com a “palavra” dos povos descobertos, a que nos temos referido, parece ser apenas um facto gramatical ou linguis-

tico sem valor filosófico. Mas não é assim. Através dessas palavras expressas e concatenadas desponta a inteligência que as organiza e exprime. São, já por si, uma demonstração da inteligência que as organiza e exprime. São, já por si, uma demonstração da inteligência e do “mundo da razão”, aberto à comunicação... e surge o diálogo. Isto mesmo expressa belamente S. Agostinho, embora noutro contexto: “Sem a palavra que vem a ser a voz? Vazia de qualquer sentido inteligível, não é mais que um simples ruído. A voz sem a palavra entra nos ouvidos mas não chega ao coração. Entretanto vejamos o que sucede na comunicação do nosso pensamento. Se penso no que vou dizer já está a palavra presente em meu coração; mas se pretendo falar contigo procuro o modo de fazer chegar ao teu coração o que está no meu. Então, para conseguir que chegue a ti e cale em teu coração a palavra que já está no meu, recorro à voz, e, mediante ela, falo contigo. O som da voz leva ao teu espírito o sentido da minha palavra; e quando o som da voz te faz chegar o sentido da minha palavra, esse mesmo desaparece; mas a palavra que o som te transmitiu está em ti sem deixar de permanecer em mim” (*Sermo* 293,3; PL, 1328).

Este belo texto de filosofia da linguagem de S. Agostinho, (embora noutro contexto) explica o valor da voz, da palavra, para estabelecer o diálogo e expressar e compreender o sentido que a inteligência (S. Agostinho chama-lhe coração) transmite. A palavra com sentido é o meio de travar o diálogo entre mim e ti. Mas para a palavra e a voz serem manifestação de inteligência têm de organizar-se e ordenar-se em gramática, e as vozes e as palavras, o vocabulário, devem significar o que queremos exprimir aos outros. A linguagem é, portanto, já por si, um sinal de inteligência. Por isso os autores portugueses que estudaram e compreenderam as várias línguas indígenas pela primeira vez, logo descobriram nessas mesmas línguas um sinal de inteligência. E, por isso, nunca duvidaram, como aconteceu com mestres longínquos da Universidade de Paris e mesmo de Espanha, que os povos descobertos eram seres inteligentes e consequentemente com todos os direitos que exige a natureza humana. O conhecimento das línguas tornou-se o meio para compreenderem, neles, as manifestações e exigências do homem e poderem depois travar um diálogo de compreensão, amor e civilização. Não consistiu num estudo frio e linguístico de quem quer apenas conhecer e analisar as línguas, mas, antes pelo contrário, de quem se propõe, através delas, travar um diálogo amigo e fértil de cultura. E esse diálogo, através das línguas, trouxe-nos o primeiro encontro e o primeiro diálogo entre a cultura europeia e as culturas orientais e ocidentais, ricamente manifesto nas histórias e na descrição das tradições, religião e ideologias desses povos e que assim alargaram as considerações do “novo mundo da razão” europeia a novas perspectivas culturais. Esse diálogo ainda hoje está vivo e criou até novos horizontes não só na Europa mas nesses mesmos povos que tomaram

finalmente consciência do valor humano das suas tradições e das suas filosofias e alcançaram uma maturidade dialogante que enriquece o mundo da razão. Mas o seu início histórico temos de o ir buscar ao primeiro e meritório encontro do conhecimento gramatical e vocabular que os portugueses conheceram, estudaram, desenvolveram e divulgaram desses povos. Só depois de conhecida e dominada a “palavra” pôde iniciar-se o diálogo das culturas que ainda perdura, talvez até mais activo na civilização actual.

RÉSUMÉ

L'ÉTUDE DES LANGUES DES “PEUPLES DÉCOUVERTS”.

LA RENCONTRE DE CULTURES ET LE “NOUVEAU MONDE DE LA RAISON”

Dans cet article on fait une recension de l'important rôle des missionnaires portugais dans la création des bases qui ont rendu possible le dialogue interculturel des peuples européens avec les peuples de l'Orient et du Nouveau Monde, notamment à travers l'étude des langues natives des peuples avec lesquels ils ont été en contact depuis les premiers siècles des Découvertes.

Ce dialogue par le moyen des langues, qui a constitué la première rencontre entre la culture européenne et les cultures orientales, est suffisamment démontré par l'histoire et la description des traditions, des religions et des idéologies du Nouveau Monde, qui ont ainsi élargi les perspectives culturelles du «nouveau monde de la raison européenne», un procès qui non seulement se maintient mais ne cesse de s'intensifier dans l'actualité.